



CÂMARA MUNICIPAL DE TAMARANA

ESTADO DO PARANÁ

COMISSÃO DE JUSTIÇA, FINANÇAS, LEGISLAÇÃO E TOMADA DE CONTAS

PARECER 002/2023

I. RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei, encaminhado pelo Executivo Municipal a esta Casa Legislativa, o qual dispõe sobre a autorização para implantação de Projetos de Regularização Fundiária Urbana (Reurb) pelo Poder Executivo, nos termos da Lei nº 13.465/2017.

Referido projeto foi devidamente autuado e registrado sob o nº 004/2023, recebendo esta Comissão para apreciação.

É o breve relatório.

II. FUNDAMENTAÇÃO

De acordo com Lei Orgânica do Município de Tamarana, em seu artigo 8º, inciso I, compete ao Município legislar sobre assuntos de interesse local, especialmente sobre planejamento Municipal, compreendendo o Plano Diretor e legislação correlata (alínea a), bem como sobre política de desenvolvimento municipal (alínea z).

Outrossim, a Lei nº 13.6/2017 dispõe normas gerais sobre a Regularização Fundiária Urbana (Reurb), sendo o Município legitimado para requerer a sua implementação e promover todos os atos necessários para tanto, inclusive os atos de registro (artigo 14, inciso I, da referida lei).

De outro lado, importante registrar que os objetivos da Reurb preceituados no referido dispositivo legal são materialmente compatíveis com a competência comum do Município em promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.

Nesse sentido, destaca-se:

Art. 10, da Lei nº 13.465/2017: Constituem objetivos da Reurb, a serem
Rua Ancião Vicente Subtil de Oliveira, nº 141,
Centro, Tamarana/PR, tel.: (43) 3398-1133
CEP 86.125-000



CÂMARA MUNICIPAL DE TAMARANA

ESTADO DO PARANÁ

observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios:

- I - identificar os núcleos urbanos informais que devam ser regularizados, organizá-los e assegurar a prestação de serviços públicos aos seus ocupantes, de modo a melhorar as condições urbanísticas e ambientais em relação à situação de ocupação informal anterior;
- II - criar unidades imobiliárias compatíveis com o ordenamento territorial urbano e constituir sobre elas direitos reais em favor dos seus ocupantes;
- III - ampliar o acesso à terra urbanizada pela população de baixa renda, de modo a priorizar a permanência dos ocupantes nos próprios núcleos urbanos informais regularizados;
- IV - promover a integração social e a geração de emprego e renda;
- V - estimular a resolução extrajudicial de conflitos, em reforço à consensualidade e à cooperação entre Estado e sociedade;
- VI - garantir o direito social à moradia digna e às condições de vida adequadas;
- VII - garantir a efetivação da função social da propriedade;
- VIII - ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes;
- IX - concretizar o princípio constitucional da eficiência na ocupação e no uso do solo;
- X - prevenir e desestimular a formação de novos núcleos urbanos informais;
- XI - conceder direitos reais, preferencialmente em nome da mulher;
- XII - franquear participação dos interessados nas etapas do processo de regularização fundiária.

Assim, tem-se que o Projeto de Lei nº 003/2023 aparenta estar revestido de constitucionalidade material e formal.

III. VOTO

Diante do exposto, o Projeto de Lei nº 003/2023 não padece de aparente inconstitucionalidade formal e material, sendo compatível com o atual ordenamento jurídico, estando apto ao prosseguimento da tramitação.

É o parecer.

Sala das Sessões, 27 de fevereiro de 2023.

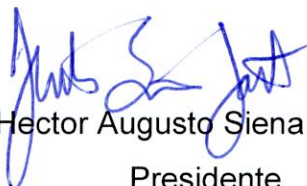

Anauto Souza de Gouvea

Relator



CÂMARA MUNICIPAL DE TAMARANA ESTADO DO PARANÁ

A COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E TOMADA DE CONTAS, em reunião por meio do aplicativo WhatsApp, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do referido Projeto de Lei.



Hector Augusto Siena Gobetti

Presidente



Mario Torres Bittencourt Jr

Membro